

Programa de mulheres PSTU (exceto texto sobre mulheres transexuais e

travestis)

A luta contra a opressão é parte indissociável da luta contra a exploração

A exploração separa homens e mulheres em trabalhadores e burgueses. As ideologias burguesas que penetram no seio da classe contribuem para acentuar essa separação. Nesse sentido, o racismo, a homofobia e o machismo dividem a classe e, por isso, é preciso incorporar o combate a essas ideologias opressoras na luta dos trabalhadores contra a exploração. A burguesia se aproveita do machismo para distanciar o conjunto da classe (homens e mulheres) da revolução proletária, alentando-o nos homens e mulheres, fazendo com que os trabalhadores tratem as trabalhadoras da mesma forma que os patrões, ou seja, como “as proletárias dos proletários”. Por sua vez, faz as mulheres acreditarem que sua opressão é natural e necessária.

A incorporação de mais mulheres nas lutas revolucionárias e a tomada de suas bandeiras por todos os trabalhadores cumprem uma dupla função: permite elevar a consciência das mulheres, ajudando-as a se reconhecerem com sujeitos políticos, e contribui para a educação dos homens no combate ao machismo. Atua em favor da unidade, constituindo-se num elemento estratégico para revolução, porque não se pode garantir a unidade da classe (homens e mulheres) se uma parte dela conscientemente oprime a outra.

As “especificidades” das mulheres trabalhadoras são parte das demandas da classe. Elas são específicas porque estão relacionadas a uma condição de opressão que atinge somente as mulheres, mas não podem ser vistas como um elemento menor, porque atingem a metade classe. As bandeiras em defesa dos direitos das mulheres têm de ser encaradas e incorporadas como demandas de todos os lutadores. Os direitos a elas negados favorecem a burguesia, pois cada direito negado às mulheres significa maiores privilégios aos patrões e menos direitos para a classe como um todo.

As bandeiras pela igualdade das mulheres são demandas democráticas que a burguesia não foi capaz de resolver. Embora o capitalismo possa atendê-las parcialmente - por exemplo, nos EUA e Portugal há a legalização irrestrita do aborto - a real liberdade das mulheres trabalhadoras só poderá ocorrer com o fim da opressão, que por sua vez só pode se encerrar com fim da sociedade de classes, no contexto da revolução permanente, porque sem o comunismo o fim de toda a opressão não é possível.

As tarefas democráticas dos trabalhadores são parte do programa de transição, sendo que cabe aos trotskistas ligá-las à luta contra o capitalismo, subordinando-as a um programa pela revolução, portanto, não é uma tarefa para depois, porque construir a revolução depende em certa medida da capacidade de envolvê-las. Para tanto, é necessário termos política de agitação e propaganda cotidianas para atraí-las e organizá-las.

Lenin nos ensinou que no processo de construção do socialismo não devemos nos opor a nenhuma questão democrática, seja a questão de raça, nacionalidade ou opressão da mulher. *“Devemos combinar a luta revolucionária contra o capitalismo a um*

programa e a uma tática revolucionária em relação a todas as reivindicações democráticas: república, milícia, eleição dos funcionários pelo povo, igualdade de direitos das mulheres, autodeterminação das nações, etc (...). A revolução social não é uma batalha única, mas uma época com toda uma série de batalhas por todas as partes e cada uma das questões das transformações econômicas e democráticas, que só terminarão com a expropriação da burguesia. É precisamente em nome desse objetivo final que devemos formular de modo consequentemente revolucionário cada uma das nossas reivindicações democráticas”¹.

Incorporar as mulheres e ter política contra a opressão de forma cotidiana e permanente é ao mesmo tempo uma tarefa política e de princípios (lutar por igualdade de direitos) e uma necessidade estratégica (organizar homens e mulheres trabalhadores juntos). Lênin dizia: *“O proletariado não alcançará a emancipação completa se não for conquistada primeiro a completa emancipação das mulheres!”*² “Enquanto lutamos para tomar o poder, é nosso irrenunciável dever impulsionar, colocar-se na vanguarda e participar das lutas das mulheres pelos direitos democráticos mais elementares, por melhores condições de vida e por qualquer reforma dentro ainda do sistema capitalista, associando-os à nossa luta contra o capitalismo e pela tomada de poder.”³

Isso está veementemente contra a concepção stalinista, que defende que a luta contra a opressão das mulheres é uma bandeira para depois da revolução, pois no seu curso levaria à divisão da classe. E, também, à compreensão reformista de que as reivindicações das mulheres por si só são “anticapitalistas” e, portanto, revolucionárias, que unindo todas as mulheres separadamente dos homens para lutar pelo fim da opressão é possível conquistar a revolução socialista. Ou ainda, da compreensão burguesa, que defende que as mulheres podem ser livres no capitalismo.

Reafirmamos que a estratégia da luta das mulheres trabalhadoras é a ditadura do proletariado e o socialismo, construído com homens e mulheres da classe trabalhadora. Qualquer programa, por mais revolucionário que seja, sendo aplicado somente por mulheres, naufragará. Qualquer luta levada só por homens tem grande chance de não ser vitoriosa.

Só a classe trabalhadora, sujeito social da revolução, pode promover o fim do capitalismo e o fim da opressão. Aos revolucionários cabe a tarefa de combinar as bandeiras democráticas das mulheres com a luta pela ditadura do proletariado. Isso é parte da revolução permanente e, portanto, é necessário um trabalho de agitação, propaganda e organização cotidiana, com táticas flexíveis que possam atraí-las.

A história demonstrou que é possível tomar o poder sem que todas as tarefas democráticas das mulheres estejam solucionadas, mas também demonstra que é **impossível construir o socialismo sem um combate permanente e inflexível contra qualquer forma de opressão, entre elas, o machismo.**

Mulher Negra na sociedade capitalista: para além da questão de gênero

¹ LENIN, Vladimir. **O proletariado revolucionário e os direitos das nações à autodeterminação**. Obras escolhidas. Vol. 2

² LENIN, Vladimir [1920]. Às operárias. In: **O Socialismo e a Emancipação da Mulher**. Editorial Vitória, 1956.

³RESOLUÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL PSTU. Documento Nacional de Mulheres, 2008.

O estudo da questão da mulher não pode ser feito fora das relações de classe, visto que estão divididas em classes sociais diferentes e no Brasil possuem experiências históricas distintas, apesar de que algo comum unifica todas as mulheres - a opressão. As classes e o gênero, sustentados pela ideologia patriarcal e machista, tem historicamente construído relações de poder entre os sexos em todas as esferas da vida social, o que coloca as mulheres em posição de subalternidade em relação aos homens.

Por outro lado, entre as mulheres, as trabalhadoras são as que sofrem a exploração, pois além de reprodutora do capital é também força de trabalho. No atual estágio capitalista, com o neoliberalismo, essa situação se agrava. Com a redução de direitos sociais e trabalhistas, achatamento salarial que, somado à adoção de novas formas de organização e gestão do trabalho, a exemplo dos contratos precarizados, serviços terceirizados e trabalhos informais e temporários, sem vínculos empregatícios claros ou mesmo a situação de desemprego, agravado pela inclusão de novas tecnologias que tem gerado o desaparecimento de postos de trabalho, têm vitimado ainda mais as trabalhadoras, colocando-as em situação de superexploração.

Nessa direção e tomando como referencia os dados do IBGE- divulgados em 2011, percebe-se qual é o setor mais vulnerável na sociedade brasileira - as mulheres negras, que tem ocupado atividades de subemprego, com baixa remuneração, insalubridade e sem proteção trabalhistas, estando em sua maioria presente em trabalho informal e nas funções de empregadas domésticas, sendo 23% da população nessa atividade. A maioria, cerca de 60% são chefes de família e ganham até um salário mínimo com escolaridade muito baixa. E em comparação com homens brancos a renda média é 2,7 vezes menor; 1,8 vezes menor do que as mulheres brancas e, 1,3 vezes menor do que homens negros.

Desta forma, há uma desigualdade de raça e de gênero, verificável na diferenciação salarial, bem como na divisão social do trabalho, na qual a mulher negra vem exercendo atividades precárias e totalmente desvalorizadas.

O trabalho doméstico, exercido na maioria por essas mulheres, é tratado como de propriedade privada, pois é regido por pouca ou nenhuma legislação trabalhista, o que o torna uma das mercadorias mais baratas. É também um trabalho alienante, já que não produz valor para a própria mulher a não ser salário miserável, mas existe para que o trabalho de outros se efetivem: o do marido, do patrão e mulher dona da casa. Portanto a mulher negra é condicionada em diversos níveis de subordinação e exploração.

As Mulheres Negras No Brasil: trajetória de opressão – desmistificando o “mito da fragilidade feminina”

O processo de opressão e exploração das mulheres negras no Brasil se inicia no período escravista. Centrado no tripé latifúndio/trabalho escravo/monocultura voltado para o mercado externo permitiu a dinamização da economia do país em suas diversas fases (produção açucareira, mineração, cultura de produtos tropicais, cafeicultura) durante quase quatro séculos. Esse contexto tem como consequência o processo de coisificação da população negra, força de trabalho, expropriada sem nenhum direito, podendo ser vendida, castigada e até mutilada.

As mulheres negras, igualmente aos homens negros, exerceram tarefas árduas, nos campos e nas cidades, trabalharam nas lavouras, como vendedoras, prostitutas e amas de leite. Esta última função, obrigava-lhes a afastar-se dos filhos recém-nascidos, bem como lhes negava o direito à maternidade.

Estes fatos revelam que as mulheres negras desde sua entrada no Brasil estavam condicionadas aos trabalhos pesados e isso remete a um aspecto de diferenciação no debate feminista. Para nós o tão apregoadado “mito da fragilidade feminina”, por ser uma categoria homogênea, não dá conta das especificidades de experiências históricas das mulheres negras e indígenas, refere-se a um ideal de mulher burguesa difundido pelo mundo ocidental cristão, que destacaram as tarefas pesadas e atividades guerreiras incompatíveis com a imagem de dependência feminina.

Esta imagem e outras com o mesmo teor, como “rainha do lar”, “mãe zelosa” foram também utilizadas no intuito de divulgar as tarefas predestinadas às mulheres: procriar, cuidar dos filhos e maridos. As mulheres negras, portanto não fazem parte desse “modelo”, aliás, os interesses de sexo, classe e raça são nesse contexto inconciliáveis.

As estruturas patriarcais e burguesas ao mesmo tempo em que se consolidavam, através do tripé: gênero, classe e raça, buscavam negar e até destruir as experiências de organização política, formas de vida familiar e qualquer solidariedade das (os) negras (os) impedindo sua subsistência, mantendo a submissão.

As tentativas de desagregação social e familiar das (os) negras (os) ocorrem em diversos aspectos: através da diáspora africana, no qual o tráfico de escravos dispersou membros de uma mesma linha ou clãs inteiros, dificultando a manutenção de sua principal organização- a religião, ou mesmo dificultando a comunicação quando se colocava em um mesmo território diferentes povos com dialetos distintos. Ou quando as crianças que nasciam no Brasil teriam contato com as mães apenas no início do aleitamento, sendo criadas por mulheres mais velhas que não podiam mais trabalhar na lavoura. Ou ainda pela interiorização dos valores do pai branco- o senhor de engenho, que cumpria o papel de desagregar os homens negros moral e materialmente, impedindo-os inclusive de escolherem suas parceiras, caracterizando-os como promíscuos e vadios.

As mulheres negras foram transformadas em objeto sexual e foram alvo de constantes estupros, abusos sexuais, pelos senhores de engenho e de seus filhos, contudo, essa relação de dominação se configurou no imaginário brasileiro como um processo harmonioso, natural e com pleno consentimento entre as partes. Mas, uma questão emerge: como pode ser a relação sexual consentida na condição de escrava?

Dessa forma, eram vistas como objeto de reprodução sexual, mulheres sem honra, dotadas de erotismo e sua sexualidade, considerada como algo exótico, que excitava senhores e iniciava seus filhos à prática sexual.

A utilização sexual das mulheres negras, bem como a prostituição era consentida pelas famílias burguesas e pela Igreja Católica, que via nessas práticas formas de proteger a sexualidade das virgens de boas famílias e as esposas que não podiam sentir prazer, cabendo-lhes apenas o papel de reprodutora.

Assim, a construção social das mulheres negras foi marcada pelo “servir”, exercido na condição escravas de ganho e de aluguel, mucamas, mães pretas e prostitutas. Esta representação racista e machista sobre a mulher negra vai ao longo do processo

histórico, incorporando outros elementos a exemplo a ideia da “mulata”, como categoria profissional ou produto de exportação.

A concepção de mulata alicerçada na ideologia da mestiçagem e na democracia racial contribuiu para a construção de um tipo ideal de mulher, nem negra, nem branca, mas, um produto genuinamente brasileiro, que se tornou “preferência nacional”. Era também a possibilidades de ascensão social a muitas mulheres com esse perfil, já que negadas as possibilidades de estudo e formação profissional, era o que lhes reservavam. Por outro lado, contribuiu também para exaltar a convivência harmoniosa e contribuições culturais entre os grupos étnicos, escamoteando as desigualdades e ao mesmo tempo em que nega construção da identidade negra.

Nesse sentido, do ponto de vista da análise da mulher negra, afirmamos que o Brasil criou uma estrutura social e econômica em benefício das classes dirigentes sustentado pelo binômio racismo/sexismo e, isto deve ser considerado em nossas análises e programa. Também não podemos perder de vista o peso numérico da população negra que hoje soma 63,7% da população geral, totalizando 97 milhões de pessoas, sendo 50 milhões de mulheres negras (IBGE, 2011), vivendo em extrema pobreza, com pouco ou nenhum acesso à educação e aos serviços básicos.

Historicamente, as mulheres negras foram escravocratamente e socialmente construídas desde a infância para o seu papel no trabalho e na reprodução social, e esse processo de qualificação mais tarde veio a ser extremamente conveniente para o capital. A “docilidade”, a “paciência”, a “resistência” para o trabalho monótono e repetitivo, o “perfeccionismo”, a “multifuncionalidade”, são qualidades “pretensamente naturais das mulheres”, que resultam, na verdade, desse longo processo de “qualificação” para o trabalho e que mascaram a intensificação da exploração das trabalhadoras, principalmente no atual período de reestruturação produtiva.

O início da industrialização no país exigiu o trabalho da mulher, até então mais restrito ao trabalho no campo (exercido pelas escravas e imigrantes) ou aos afazeres domésticos (não encarados como trabalho, mas historicamente exercido pelas mulheres negras). Todavia, essa participação caracterizou-se por períodos de fluxo e refluxo condicionados pelas necessidades do capital, compondo as mulheres o exército industrial de reserva.

...

As mulheres negras trabalhadoras são as mais oprimidas e superexploradas, e dificilmente conseguem romper as barreiras que lhe são impostas, e nas amarras que lhe são impostas pela sociedade capitalista, impedindo sua ascensão.

Mulher Lésbica

Ao abordamos a situação das mulheres lésbicas e bissexuais não estamos simplesmente complementando a questão da sexualidade ou ampliando a luta por direitos, estamos tratando de combater as duplas ou múltiplas opressões, dentro e fora do partido em relação às mulheres, como parte do esforço para nos tornarmos mais capazes de dar resposta política e organizativa às demandas da classe trabalhadora.

As organizações tradicionais dos trabalhadores e a esquerda em geral não deram conta de responder as questões das diversas formas de opressão e no caso das mulheres

lésbicas não tem sido diferente. Tanto no movimento das LGBTs⁴ como no movimento feminista, as lésbicas não conseguiram impor suas próprias bandeiras (no primeiro pelo machismo, no segundo pela homofobia) tampouco conseguiram organizar-se, pois ao longo da história, veremos que as lésbicas foram excluídas de tais espaços, assim como das organizações mais tradicionais dos trabalhadores, como os sindicatos. Neste sentido, as lésbicas criaram em diversos países e em diversas situações históricas organizações próprias, separadas.

Hoje, além de um movimento social, temos consolidada a bandeira da “visibilidade lésbica”, em nível internacional. A invisibilidade, tão sentida pelas mulheres homo e bissexuais, tem a ver não apenas com sua dificuldade em impor suas reivindicações e lutar por elas, mas com todo o descaso enfrentado nas diversas esferas de sua vida, onde não apenas a sua sexualidade é um mito, como as próprias evidências da opressão enfrentada não tem qualquer documentação. É por isso que enquanto os outros setores do movimento de LGBTs falam em “orgulho”, as lésbicas falam em “visibilidade”.

Opressão da Mulher Lésbica

Há pouquíssimos dados sobre as condições de vida da mulher lésbica - mais uma expressão da invisibilidade, que também chamamos de descaso. No entanto, os poucos dados recentes de que dispomos retratam uma realidade bastante preocupante.

Uma pesquisa social do Núcleo de Opinião Pública (NOP), intitulada Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil, Intolerância e respeito às diferenças sexuais nos espaços público e privado, realizada pela Fundação Perseu Abramo, com dados coletados em junho de 2008 verificou que: 92% da população entrevistada acha que há preconceito contra lésbicas; 10% admite que tem preconceito contra lésbicas; 20% não gostaria de encontrar uma lésbica; 64% acha que casais de gays ou lésbicas não devem andar abraçados ou ficar se beijando em locais públicos; 37% acha que casais de gays ou lésbicas não devem criar filhos e 37% acha que a homossexualidade é safadeza e falta de caráter. A pesquisa também entrevistou LGBT's e constatou que 50% das lésbicas já se sentiu discriminada em virtude da sua orientação sexual, sendo que 44% sofreu violência psicológica, moral ou verbal, 3% sofreu agressão física, 1% afirmou ter sido vítima de violência sexual ou assédio sexual e 1% sofreu violência indireta. Segundo o GGB⁵, em 2009, 10 mulheres foram assassinadas porque eram lésbicas e 5 em 2010, no Brasil.

As chances de uma mulher sofrer um estupro são muito maiores se ela for lésbica. O “estupro corretivo” é uma das mais cruéis consequências da combinação das ideologias machista e homofóbica. Esse crime horrendo baseia-se na ideia absurda de que a homossexualidade feminina pode ser curada ou revertida através do estupro, onde a mulher aprenderia a ter relações sexuais e é castigada pela sua orientação sexual. Nos últimos anos, os casos de algumas mulheres sul-africanas famosas, especialmente uma atleta ativista que foi estuprada e torturada por ser lésbica, causaram indignação e mobilização no mundo todo. Isso acabou evidenciando que naquele país o estupro corretivo é uma prática comum, que tem vitimado milhares de mulheres e pesquisas demonstraram que a maior parte da população masculina se sente no direito de estuprar

⁴ Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros.

⁵ Grupo Gay da Bahia. Anualmente esta ONG publica um relatório sobre assassinatos motivados por homofobia.

lésbicas e que a impunidade leva a perpetuação desta situação. Segundo a Action Aid, somente 20% dos casos chegam a ser julgados e menos de 5% dos criminosos são condenados. Infelizmente, se naquele país a situação é escandalosa, em muitos outros isso também acontece aos montes.

Quando vítimas de violência, as lésbicas, como as demais mulheres, encontram as mais diversas dificuldades em seus pedidos de socorro às polícias, que vão desde constrangimentos até a impossibilidade de sequer alegar em boletins de ocorrência que a agressão sofrida tenha sido motivada por homofobia ou que tenham sofrido machismo.

As lésbicas estão mais vulneráveis ao assédio moral e sexual e que grande proporção do trabalho terceirizado, precarizado é realizado por elas (sua presença massiva no telemarketing , por exemplo, é muito evidente).

A consequência de uma educação machista e homofóbica pode ser trágica para o desenvolvimento do indivíduo, gerando uma série de problemas psicológicos e sociais. Além disso, é irresponsável por não garantir informações necessárias para o exercício livre e seguro da sexualidade. Nas escolas, a homossexualidade feminina jamais é abordada nas aulas de educação sexual ou em qualquer outra. Os professores nem mesmo estão aptos ou dispostos. Muito pelo contrário. O machismo e a homofobia disseminam-se, sendo impostos enquanto valores morais. Nos raros casos em que os professores apresentam uma postura que fuja a tal regra enfrentam resistência. Sobre estes, recaem acusações de incentivar práticas imorais, homossexualidade e outras. Não há condições para que os profissionais da educação lidem com situações de discriminação tão comuns no ambiente escolar, como o que hoje resolveram chamar de bullying.

Em relação a mídia, temos desde a ridicularização da figura lésbica até a condenável veiculação de estereótipos de casais lésbicos como fetiche. Os casais lésbicos de telenovelas não ousaram superar o mito do relacionamento entre mulheres (que mais parecem duas amigas e se enquadram aos padrões de beleza) ou denunciar a opressão, servindo apenas para atrair mais telespectadores, que acompanham diversos capítulos na esperança de assistir a um beijo ou para verem-se representadas de alguma forma.

Na saúde pública não há política mínima para assistir a mulher homossexual. Os profissionais da saúde não recebem preparo para lidar as especificidades do segmento. Boa parte das lésbicas que vão ao ginecologista sequer dizem que se relacionam com mulheres. As informações sobre os riscos e o acesso a métodos de prevenção contra DST's não só não chega às lésbicas das periferias como nem mesmo o mercado oferece ou foram desenvolvidos meios de proteção contra DST's específicos para relações entre mulheres. Além do descaso em relação ao sexo seguro, não há iniciativas para combate às doenças que apresentam maior incidência entre lésbicas (como por exemplo, a ocorrência de PCOS, que é três vezes maior em mulheres homossexuais que em heterossexuais).

...

Mulheres transexuais e travestis

29 de janeiro marca o Dia da Visibilidade Trans no Brasil. Uma data instituída relativamente há pouco tempo, pois data de 2004, quando, pela primeira vez, foi aprovada no Congresso Nacional uma campanha pensada pela população trans de conscientização acerca dos seus direitos à cidadania e ao respeito.

De lá para cá, esse dia se torna cada vez mais necessário e tem conseguido dar visibilidade a situação da população trans no Brasil. O tema mais latente é a transfobia e a violência que assombra essa população.

Segundo o mapa dos assassinatos de transexuais e travestis, divulgado em 2018 pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), apenas em 2017 foram contabilizados 179 assassinatos de travestis ou transexuais. O que significou uma pessoa trans assassinada no Brasil a cada 48 horas. Em 94% dos casos, os assassinatos foram contra pessoas do gênero feminino e 80% das vítimas declaravam-se como pessoas negras ou pardas, o que evidencia a combinação nefasta do machismo, racismo e transfobia.

Segundo agências internacionais, o Brasil é o país que mais mata LGBTs, ganhando até mesmo dos 13 países do Oriente e África onde existe pena de morte contra a população LGBT.

Dados levantados pelo projeto *Trans Murder Monitoring* confirmam essa triste realidade. De janeiro a setembro de 2018 foram assassinadas 369 pessoas trans no mundo, apenas por serem transexuais, deste total, 45,3% (167) das mortes foram no Brasil. É por isso que para a população trans o risco de morrer é 22 vezes maior do que para gays, fazendo com que tenham uma expectativa de vida de 35 anos em nosso país.

Quando conseguem sobreviver, as pessoas trans enfrentam problemas de natureza igualmente perversa, uma vez que menos de 5% conclui a escola, por encontrar na escola um espaço hostil e transfóbico.

Outra importante pauta é o acesso ao mercado formal de trabalho. 95% das pessoas trans encontra-se na prostituição (segundo dados da Associação de Travestis e Transexuais do Triângulo Mineiro), expostas a violência policial e a vulnerabilidade das ruas; quando estão em outros postos de trabalho enfrentam o preconceito e a negação ao direito do uso do nome social. Além disso, são jogadas aos postos mais precarizados e com direitos trabalhistas reduzidos, como os serviços terceirizados ou no ramo do telemarketing.

É preciso aprofundar o debate sobre a transfobia e suas conseqüências nefastas para a população trans, fazer com que a classe trabalhadora tome essa luta como sua e enxergue nos governos e na burguesia, e não nos setores oprimidos, o inimigo em comum.

Pós-modernismo ou marxismo?

Vimos nas últimas décadas o avanço da institucionalização e mercantilização dos espaços de organização e de luta do setores oprimidos da sociedade. Os espaços desenvolvidos pelas lésbicas têm se mostrado mais politizados que os espaços do movimento de LGBTs em geral (que são muito festivos e mercantilizados, como as Paradas), mas são dirigidos, em sua maioria, por governistas. Há também espaços exclusivos para sociabilidade, para estudos ou para ação direta, que seguem orientações academicistas ou anarquistas. O classismo passa ao longe.

A luta pela libertação e pela transformação da sociedade deu lugar à luta por direitos humanos, por cidadania, por políticas públicas para inclusão social e por tolerância. Essa humildade do movimento feminista e LGBT hegemônico, que exige cada vez menos, é o resultado prático das ideologias “pós-modernas”.

O terreno do questionamento da [transfobia], homofobia e do machismo (principalmente sem um recorte de classe) é muito fértil para o desenvolvimento das teorias pós-estruturalistas, pós-marxistas e etc., que veem na cultura, na linguagem, no discurso e no comportamento, verdadeiros substitutos da realidade.

O pós-modernismo é o produto de uma consciência formada principalmente na década de 60, que atribui importância superior aos intelectuais e a uma revolução cultural em substituição ao protagonismo da classe operária. Essa ideologia considera que vivemos numa sociedade pós-capitalista, onde o mundo do trabalho se encontra fragmentado e não há nada de comum, como determinantes econômicos ou materiais, que permitam que existam categorias políticas como a classe trabalhadora. Assim, enfatizam as diferenças, desenvolvem as fluidas e infinitas identidades e categorias. Por exemplo, o que chamamos de movimento contra a opressão tende a ser chamado por aí de movimento pela diversidade sexual e ter em seus fóruns, espaços para discutir feminilidades, lesbianidades, masculinidades, e assim por diante. Para complicar um pouco mais, propõem que se separem sexo biológico, gênero, orientação sexual e papel sexual - todas coisas diferentes que nos levam a uma “categoria particular” e que ainda pode variar com o tempo.

Assim, o que se tem é uma teoria individualizante, reducionista que oferece cada vez menos razões para solidariedade e luta coletiva. As categorias políticas são esvaziadas. As lutas sociais e as questões concretas ficam desestruturadas. As relações de opressão e de poder são individualizadas pela defesa das diferenças e perdem assim sua conexão com o sistema que nos oprime e explora. As contradições que ocorrem no interior do movimento, como a reprodução do machismo, racismo e demais formas de opressão deixam de ser questionadas e superadas em meio a tanta confusão.

Recentemente o movimento LGBT comemorou a decisão do Governo Federal, para que o movimento inverta de uma vez por todas a sua sigla, colocando a letra “L” antes das demais. Essa foi considerada uma grande e histórica resposta ao problema da “invisibilidade lésbica”. Aí se evidencia, além do problema da não independência do movimento, o foco na subjetividade. O governo decide como o movimento deve se anunciar, apoiando-se nas abstrações que o movimento carrega e, sem nada fazer para mudar a realidade, vira um aliado. O p., por sua vez, como uma tática para dialogar com o movimento, teve de atualizar o nome de sua secretaria, agora LGBT e não mais GLBT ou de gays e lésbicas como era antes.

Se a luta política é reduzida a subjetividades baseadas na linguagem, por exemplo, não há como identificar o sistema capitalista e quem o gerencia que é contra o que temos que lutar, tampouco compreender de fato a opressão. Essa fragilidade programática imposta pelas ideologias pós-modernas aumenta as limitações do reformismo e dá mais espaço para a luta pela assimilação dos oprimidos ao capitalismo, deixando o movimento mais vulnerável à degeneração (mercantilização, academicismo, burocratização, governismo, etc.).

Para nós, marxistas, não deve ser um problema considerar e criticar a linguagem (assim como a cultura, o discurso ou qualquer elemento subjetivo), mas não podemos compreendê-la numa existência independente, sem contexto histórico, sem considerar as atividades humanas e os conflitos de opressão e exploração. Para nós a língua, a cultura e o comportamento são parte expressiva da existência.

...

O movimento não conhece sua história, não conhece as conquistas da classe trabalhadora, nem sabe de onde vieram seus poucos direitos. A negação da história pelos pós-modernistas serve à burguesia e seus governos, que impõem a leitura da realidade que lhes convém. Seguem dizendo que as coisas estão sempre melhorando, que as mudanças são lentas e graduais e que uma série de direitos foram oferecidos gratuitamente pelos governos e demais instituições. Além disso, se o movimento desconhece a sua história, tende a repetir os erros do passado.

As teorias pós-modernas não dão conta também de explicar a natureza da opressão. É impossível esperar, também por isso, que sejam capazes de arquitetar sua destruição. É preciso elucidar que a opressão tem base material, ou seja, o materialismo histórico é imprescindível. Retomar a origem da opressão da mulher e sua relação com a propriedade privada é parte fundamental do enfrentamento às ideologias reacionárias, no entanto como essa questão é parte de outros documentos, não será desenvolvida aqui.

...

Nosso desafio de disputar a direção das lutas não é pequeno e se o papel que o stalinismo cumpriu, estigmatizando a esquerda e o vendaval oportunista que se seguiu tem peso grande, quando a questão é opressão esse peso é muito maior.

Documento de mulheres da LIT 2014

Parte III O machismo ameaça a internacional

Nos últimos dois anos as reuniões do Comitê Executivo Internacional vem tomando o tema da mulher, num esforço de fazer um diagnóstico da situação da LIT. O ponto de partida foi a discussão iniciada no PSTU sobre a forte presença do machismo, uma ideologia burguesa nas nossas fileiras. O PSTU (B) votou em seu congresso de 2011 que o partido estava ameaçado pelo machismo no seu programa e na sua moral. Nos colocamos o desafio de responder qual é a situação da LIT neste terreno.

Depois de uma discussão política iniciada a partir do “Documento Machismo e Moral – O Partido em Questão” em todas as direções dos partidos do CEI podemos afirmar com clareza que o PSTU (B), infelizmente, não é uma exceção.

Casos gravíssimos ocorreram em várias sessões. O caso da Bolívia, conhecido por toda a internacional envolvia um elemento fortíssimo de machismo. No Brasil um quadro de enorme tradição na internacional agrediu fisicamente e psicologicamente sua companheira. Na Argentina um militante de base, mas antigo de partido atirou em sua

companheira. No Chile, ocorreu um caso de pedofilia envolvendo uma militante, sua companheira e uma criança de 3 anos.

Em todos esses episódios, ainda que com desigualdade, com luta interna e luta por parte da internacional, o partido reagiu. No caso da Bolívia a internacional reagiu e o partido se perdeu, abordamos o aspecto moral do problema em profundidade no Congresso de 2008, mas pensamos que é preciso tirar mais conclusões da Bolívia na questão do machismo.

Muitos companheiros argumentam que a reação frente a esses casos é uma prova de que a internacional não está ameaçada. Pensamos que caso a internacional perdesse sua capacidade de reagir contra casos de agressão, estupro, pedofilia, ou seja, casos condenados até pela legislação burguesa nosso projeto não estaria ameaçado, mas já estaria perdido.

A punição dos casos de machismo cumpre um papel muito importante. Mas como direção precisamos ir além e refletir sobre o que está por trás desses casos. Afinal que ambiente refletem? Que problemas mais gerais do partido se expressam aí? Para refletir de forma mais profunda sobre o diagnóstico da internacional pedimos que as comissões de mulheres da direção enviassem um relatório para a secretaria internacional.

O que revelam os relatórios feitos pelas comissões de mulheres?

A partir da análise dos relatórios e do debate feito nas reuniões do Comitê Executivo Internacional constatamos de forma categórica que o machismo é naturalizado em nossas fileiras, que não existe sequer uma compreensão comum sobre o tema, o que leva a uma situação tão grave que o problema muitas vezes não é nem percebido por parte da direção. Para exemplificar do que estamos falando, vamos aos temas concretos:

a) A invisibilidade política das mulheres

As mulheres são invisibilizadas, subestimadas e desvalorizadas pelo machismo. Isso se reflete na porcentagem de mulheres nos organismos de direção que é baixa, a começar pelo próprio CEI, que tem somente uma mulher como membro. Outro problema é que as mulheres no geral não pegam tarefas políticas, reproduz-se dentro do partido os estereótipos machistas estimulados pela sociedade. Nos organismos, as mulheres relatam que quando falam sentem maior dispersão no ambiente, os companheiros conversam, interrompem, lêem outra coisa, demonstrando displicência em relação às falas das companheiras.

b) Visão das mulheres como objeto sexual

A sociedade capitalista estimula a visão das mulheres como objeto sexual, como formas sem conteúdo, à disposição dos homens. Nós, ao contrário, vemos as mulheres em primeiro lugar como sujeito político. Por isso, as que entram no partido não podem ser tratadas como “carne nova no pedaço” como muitas vezes acontece. As companheiras em muitos casos não são vistas como mais uma militante, mas como uma nova possibilidade

de relação sexual. A consequência, é que muitas mulheres deixam de lutar por se sentirem desmoralizadas diante de uma situação de exposição ou mesmo por não serem vistas de maneira diferenciada do que ocorre na sociedade como regra.

c) O maltrato, a grosseria

Outro problema é a grosseria, o mal trato dentro ou fora de reuniões. Isso é um problema não só com as mulheres, mas é particularmente prejudicial a elas. Primeiro porque estamos falando de um setor oprimido, que teve que enfrentar inúmeras barreiras para chegar ao mundo da política e ao partido revolucionário. As mulheres são educadas pela sociedade burguesa a não levantar a voz, a obedecer, a se submeter, etc. Ademais a grosseria intimida, e intimida ainda mais as mulheres. Não pode ser que para enfrentar uma discussão política, as mulheres tenham que suportar a grosseria, ou que aprender a gritar para serem ouvidas. Dentro do partido revolucionário as mulheres não podem ser tratadas com o que há de pior nos modos da sociedade burguesa.

d) Responsabilização da mulher pelas tarefas domésticas

Essas responsabilidades, que deveriam ser assumidas coletivamente são vistas como tarefas naturais das mulheres. Nossa luta estratégica evidentemente não é pela divisão por igual do trabalho doméstico. É para retirar por completo essas tarefas da esfera privada, para que o estado assumira esse trabalho com lavanderias coletivas, restaurantes, creches públicas, etc. Mas nós defendemos que até que se consiga isso o trabalho doméstico seja dividido por igual. Não como uma “ajuda” que o homem dá a mulher. Mas como uma obrigação dos dois, já que não reconhecemos que este trabalho seja uma obrigação feminina.

Lenin defendia que o partido revolucionário deveria fazer um amplo trabalho de educação entre os homens proletários, que o partido revolucionário deve buscar lutar contra essa ideologia no interior do partido e também no interior da classe.

“Infelizmente, ainda pode dizer-se de muitos companheiros: 'Raspa um comunista e encontrarás um filisteu!' Evidentemente, deve-se raspar no ponto sensível, em sua concepção sobre a mulher. Pode haver prova mais condenável do que a calma aceitação dos homens diante do fato de as mulheres se consumirem no trabalho humilhante, monótono, da casa, gastando e desperdiçando energia e tempo e adquirindo uma mentalidade mesquinha e estreita, perdendo toda sensibilidade, toda vontade? Naturalmente, não me refiro às mulheres da burguesia, que descarregam sobre as empregadas a responsabilidade de todo o trabalho doméstico, inclusive a amamentação dos filhos. (...)”

“Nosso trabalho de comunistas entre as mulheres, nosso trabalho político, exige uma boa dose de trabalho educativo entre os homens. Devemos varrer por completo a velha ideia do 'patrão', tanto no Partido, como entre as massas. É uma tarefa política nossa não menos importante que a tarefa urgente e necessária de criar um núcleo dirigente de homens e mulheres, bem preparados teórica e praticamente para desenvolver entre as mulheres uma atividade de Partido.”

Obviamente os quadros do partido devem ter uma relação totalmente distinta com as tarefas domésticas da que tem os homens da massa. Mas não é o que os relatórios apontam. Os companheiros muitas vezes relegam às suas companheiras tais afazeres e ainda justificam que isso é feito em função das suas tarefas políticas. Quando um casal de quadros tem um filho, a mulher se vê obrigada a restringir sua militância, reduzir o número de atividades que participa, regular os horários das reuniões, muitas chegam a abandonar a militância. Os homens por sua vez seguem militando normalmente, relegando às companheiras todas as responsabilidades, reforçando na prática essa ideologia e dificultando o desenvolvimento das suas companheiras.

e) As brincadeiras, piadas machistas

Nos relatórios aparece a reclamação também presente do documento do PSTU de que os homens fazem piadas e brincadeiras machistas, ou não as coíbem e, algumas vezes, até entram na “brincadeira” jocosa. As piadas podem parecer inofensivas, mas além de reforçar a ideologia machista, causam constrangimento.

Esse tipo de piada, seja contra mulheres, seja contra os negros, homossexuais, ou nacionalidades oprimidas destroem a convivência comum, não faz do partido um ambiente em que os setores oprimidos encontrem seu lugar, atrapalha, portanto, a construção da nossa organização.

O mais importante, no entanto é o ambiente do partido. Num contexto em que existe machismo, que as companheiras apontam que existe constrangimento com as piadas, como apareceu nos relatórios, sem dúvida elas são um problema.

f) A subestimação da tarefa de mulheres e da intervenção do partido neste tema

Há uma subestimação forte da tarefa de mulheres, no PSTU (B) há exemplos de companheiras que já ouviram de seus dirigentes: “você terá que escolher entre ser quadro ou pegar a tarefa de mulheres”. Não é um caso isolado, apareceu nos relatórios das seções que é comum que esta tarefa seja tratada como coisa de quinta categoria. O combate ao problema é sempre visto como um exagero e muitas vezes se dá mais atenção em não exagerar, em tomar cuidado com o companheiro do que a de fato combater os desvios.

Este é um problema que não se expressa somente no âmbito interno do partido. Mas também na nossa intervenção para fora. Há uma opressão que atinge 50% da classe trabalhadora, divide a classe e dedicamos pouquíssimo tempo da nossa agitação e propaganda a combater essa ideologia. É um erro desconsideramos a política para as

mulheres e a presença delas na sociedade em nossas elaborações. Ex: chegamos a um país e a metade é imigrante, se vamos a analisar a realidade seguramente teremos de falar essa particularidade da classe trabalhadora, inclusive para ter política. Caso contrário seria um erro. O mesmo erro que cometemos quando falarmos nada de mulheres na nossa política, que são metade da classe. Não passa nada na realidade para as mulheres?

Muitas vezes a resistência se dá em forma de silêncio e formalidade e não de polêmica aberta. Várias companheiras que tomam a tarefa tem a impressão que poderiam escrever qualquer besteira nos documentos e propostas de resolução e eles seriam votados com facilidade porque o conjunto da direção muitas vezes não dá atenção ao que se vota e se escreve sobre mulheres. É um problema político-programático mais geral: a profunda subestimação da necessidade de incorporar na análise, na caracterização e na política cotidiana dos partidos a questão das mulheres.

Em que consiste essa ameaça?

A internacional está ameaçada pelo machismo no seu programa e na sua moral. Não estamos armados para combater uma ideologia burguesa que pressiona o partido todos os dias. Não estamos preparados para dar o combate duro a uma ideologia que já está destruindo o partido, quebrando quadros e desmoralizando uma parte da nossa coluna de dirigentes. O partido revolucionário e a direção em primeiro lugar tem a tarefa de educar os seus militantes na moral revolucionária, no ódio a todas as ideologias burguesas e nas palavras de Lenin no ódio aos privilégios machistas que são a “*velha ideia do patrão*” no seio da classe operária.

...

Parte IV Retomar a concepção da III Internacional

O machismo interno também afeta a política para fora. Partimos de uma profunda subestimação do tema de mulheres, normalmente eles não aparecem nos documentos políticos gerais e nem existem um esforço real da internacional e das sessões em ter uma política específica para as mulheres trabalhadoras. Não aplicamos o patrimônio da III de luta permanente e cotidiana para disputar as mulheres trabalhadoras, com palavras-de-ordem e táticas especiais.

No congresso de 2005, identificamos a debilidade da internacional e apontamos a necessidade de mudar nossa atuação em relação às mulheres trabalhadoras. Como consequência, em 2008 foi criada a primeira comissão de mulheres da internacional, o que foi muito importante, mas demonstra um atraso histórico na política para disputar metade da classe em nível mundial.

Marx, Lênin e Trotsky deram muita importância a isso. Todas as internacionais tomaram o tema de mulheres. A III Internacional foi a que melhor sintetizou a forma como os revolucionários deveriam atuar para disputar a consciência das mulheres

trabalhadoras e romper com as ideologias burguesas no movimento operário. As resoluções foram escritas no marco de uma internacional de massas, sob uma direção que havia acabado de vencer a revolução de outubro. Por isso evidentemente nelas se colocam tarefas que não estão colocadas para a LIT hoje. Entretanto as resoluções da III revelam uma concepção, que precisa ser resgatada na internacional.

Um lugar de destaque para a luta das mulheres

(...) el 3º Congreso de la Internacional comunista declara que tanto la conquista del poder por el proletariado como la realización del comunismo en los países que ya acabaram con la opresion burguesa no podrán ser realizadas sin el apoyo activo de la massa del proletariado y del semiproletariado femenino.

La experiencia de la República soviética demostró em la práctica cuan esencial es la participación de la obrera y de la campesina tanto em defensa de la República durante la guerra civil como em todos los órdenes de la organización soviética.

Lenin tinha claro, e as resoluções da III expressam isso, que sem as mulheres o caminho para a revolução era mais longo. Hoje, com as mulheres incorporadas massivamente ao mundo do trabalho essa preocupação deve ser ainda maior. Para ser consequente com essa concepção é preciso incorporar que as mulheres além de exploradas são oprimidas e portanto não basta ter política geral para a classe para atingir as mulheres, é preciso ter elaboração específica, política específica, etc.

A premissa da teoria fundante do marxismo segundo a qual a contradição fundamental da sociedade é a contradição de classe, nunca significou na visão dos nossos mestres uma subestimação das questões democráticas (gênero, raça, nacionalidade, etc) na política do partido. Temos que ter política específica para estes setores da classe para que eles não se separem da classe e não: a política específica para esses setores os separa da classe.

Lenin, como revolucionário, marxista e dialético que era, ao contrário do stalinismo, sempre entendeu e defendeu aguerridamente que não era possível defender até o final o internacionalismo revolucionário, sem defender o direito das nações oprimidas à auto-determinação, inclusive, o direito à separação se quisessem até do recém estado operário. Os marxistas e leninistas não são nacionalistas, são internacionalistas e também nunca defenderam a separação dos países em pequenos estados, pois defendem um mundo sem fronteiras. No entanto, sempre entenderam duas coisas simples: a primeira é que o nacionalismo da nação oprimida é anti-imperialista (e antes do imperialismo poderia ser uma tarefa democrática anti-feudal a liberação nacional) e segundo, era preciso unir a classe operária para a revolução socialista e isso só poderia ser feito respeitando o direito à auto-determinação das nações que assim o desejassem, sob pena de empurrar a classe operária destes países para os braços de suas burguesias nacionalistas. Com mais razão ainda, essa lógica se aplica à defesa da libertação das

mulheres, como diz o próprio Lenin, sendo que a luta contra o machismo, além de tudo, é um objetivo histórico que realmente almejamos.

Coerente com essa concepção a III Internacional tinha iniciativas ousadas: em 1919 convocou a I Conferência de Mulheres Comunistas, a Secretaria Internacional de Mulheres tinha representação permanente no Comitê Executivo Internacional e a existência de organismos especiais que se dediquem ao trabalho de mulheres do Comitê Central ao núcleo de base era obrigatória para todos os partidos da internacional.

Uma política para mobilizar as mulheres e combater o Machismo

Para que a bandeira de luta pela libertação das mulheres não fique nas mãos do feminismo burguês é preciso em primeiro lugar que o partido revolucionário tome em suas mãos essa luta. Tenha política para mobilizar as mulheres por suas demandas democráticas. Acredite verdadeiramente que o comunismo poderá dar às mulheres o que o feminismo burguês jamais poderá dar. Nossa política para as mulheres se reduz a propaganda, agitados nossa saída estratégica para o problema da mulher. Evidentemente que isso é importante, mas totalmente insuficiente.

Em relação à análise, precisamos saber caracterizar o que se passa com as mulheres trabalhadoras em cada país e o quanto o capitalismo utiliza a mão-de-obra feminina para piorar as condições de vida do conjunto da classe. É uma cegueira política desconsiderar metade da classe, sobretudo, quando o capitalismo utiliza essa parcela contra nossa classe de conjunto, seja superexplorando ou nos dividindo.

Quanto à política, é necessário que as seções se dediquem a buscar formas especiais para atrair as mulheres, para disputá-las com as burguesas e reformistas, para trazê-las para nossas fileiras. Isso depende de políticas especiais para elas, mas também de políticas para vencer as ideologias burguesas arraigadas nas massas masculinas e que penetram no interior de nossas fileiras.